

NORMATIZAÇÃO LINGUÍSTICA E PRÁTICA PEDAGÓGICA: O DEBATE SOBRE O NOVO ACORDO ORTOGRÁFICO NO ENSINO MÉDIO

Reginaldo Silva Araujo 

Graduado em Licenciatura em Letras com Habilitação em Língua Portuguesa e Literaturas (UNEB). Atualmente é professor da Secretaria de Educação do Estado da Bahia. E-mail: r.araujosba@gmail.com

Revista Educação em Contexto

Secretaria de Estado da Educação

de Goiás - SEDUC-GO

ISSN 2764-8982

Periodicidade: Semestral.

v. 5 n. 1, 2026.

educacaoemcontexto@seduc.go.gov.br

Recebido em: 13/12/2025

Aprovado em: 19/06/2026

DOI: <https://doi.org/10.5281/zenodo.20802308>

Resumo

Acordos ortográficos são tentativas de uniformizar a escrita dos países que o ratificam. Em línguas que são faladas por sujeitos de diferentes países com contextos sociais, histórico e culturais díspares, tais tentativas colocam-se como uma forma de maior dimensionamento político mundial. Assim foram delineados, concebidos e postos em prática diversos acordos ortográficos da língua portuguesa. Nesse sentido, o atual acordo entrou em vigor desde meados da década passada e ainda em 2025 suas regras não são dominadas por todos os sujeitos letrados brasileiros. Por isso, como forma de dinâmica de trabalho escolheu-se o gênero textual debate como estratégia didática em torno do Novo Acordo Ortográfico. Assim, este relato de experiência objetiva discutir a metodologia e o impacto observado em estudantes do ensino médio técnico em que o debate foi utilizado como gênero textual para discussão do Novo Acordo Ortográfico da língua portuguesa. A escrita do relato evidencia a metodologia empregada e desenvolvida para este trabalho pedagógico. Em sua dissertação, empregou-se o método qualitativo para evidenciar os impactos da proposição realizada. Como resultados observados, os estudantes tiveram contato com a argumentação e o discurso do Novo Acordo Ortográfico da língua portuguesa.

Palavras - chave: Língua portuguesa. Acordo ortográfico. Debate.

INTRODUÇÃO

A língua que o brasileiro fala, escreve e se comunica é a mesma utilizada por 3,7% da população mundial (Associação Brasileira de Agências de Intercâmbio, 2025). No entanto, há divergências significativas na fonologia dos falares, no vocabulário e na ortografia dos estados-membros da Comunidade de Países de Língua Portuguesa (CPLP): Angola, Brasil, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique, Portugal, São Tomé e Príncipe e Timor-Leste. A Comunidade foi criada em 1996 para a cooperação multilateral de seus membros (Comunidade dos Países de Língua Portuguesa, [ca. 2025]).

Com o objetivo de uniformizar a escrita, acordos ortográficos são criados há décadas para que o prestígio político e cultural da língua em questão seja amplificado. Considerando 35 anos desde a proposição e 16 anos da entrada em vigor do atual Novo Acordo Ortográfico, muitos ainda enfrentam dificuldades em pô-lo em vigor no seu dia a dia. No mundo letrado, a escrita é o foco das relações oficiais cotidianas. Nesse sentido, não se pode furtrar de acessá-la e utilizá-la para que os objetivos sociais da grafia sejam atingidos.

No entanto, após o novo acordo ortográfico, mesmo com pessoas alfabetizadas, verificam-se dificuldades equivalentes às daquelas formadas pelas normas anteriores. Este é o caso de estudantes do ensino médio integrado do Instituto Federal da Bahia (IFBA) em 2025.

A saída, então, considerando as especificidades do público em questão foi aplicar metodologias ativas de ensino para que o objeto do conhecimento não seja apenas decorado ou visto superficialmente. Há que se levantar também, além da sobrecarga de compo-

ntes curriculares, o parco tempo, considerando os calendários escolares que preveem 200 dias letivos.

Nesse sentido, o debate é um gênero textual que privilegia a argumentação, e, portanto, a simples memorização, não deve e pode predominar. Assim, ele foi escolhido e acolhido por duas turmas de ensino médio técnico em meio ambiente e informática da referida instituição de ensino no componente curricular de língua portuguesa.

Na supracitada instituição, o componente possui carga horária de 144 horas anuais, sendo 4 horas semanais. Ou seja, uma das maiores cargas horárias dos cursos em questão. As turmas somadas possuíam aproximadamente 80 educandos, sendo dois deles estudantes com deficiência e/ou outras necessidades específicas, amparados por profissionais de apoio, além dos docentes da turma regular, conforme pressupõe da Resolução N° 30, de 12 de dezembro de 2017, do IFBA (Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Bahia, 2017).

Entre as habilidades para o 1° ano dos estudantes do campus, encontra-se a seguinte competência geral para o ensino de gramática oriunda das Orientações Educacionais Complementares aos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN) de Linguagens, Códigos e suas Tecnologias: “articular as redes de diferenças e semelhanças entre a língua oral e escrita e seus códigos sociais, contextuais e lingüísticos¹ (sic)” (IFBA, 2011, p. 18). Sendo assim, a articulação entre o elemento lingüístico do novo acordo ortográfico da língua portuguesa com o debate como manifestação oral encontra respaldo e efetividade nas habilidades esperadas pelo instituto e no documento orientador, além das concepções de língua adotadas neste texto.

¹Tal palavra é um exemplo da ação do acordo ortográfico, tendo em vista a remoção do acento trema de palavras com sílaba <gue>, <gui>, <que> e <qui>, indicando que a letra u deve ser pronunciada.

Sendo assim, este relato de experiência objetiva descrever e analisar a prática pedagógica que se dedicou ao Novo Acordo Ortográfico da língua portuguesa a partir de sua abordagem como temática central em um debate. Para isso, o texto organiza-se da seguinte forma: no *Desenvolvimento*, a concepção de língua é abordada, bem como os acordos ortográficos que já foram realizados em um plano histórico da lusofonia brasileira; em *Metodologia*, expõe-se o processo empregado para a realização do debate e os critérios avaliativos delineados para tal atividade; nos *Resultados*, discute-se acerca das observações que a prática pedagógica permitiu para discentes e docente orientador; e, por fim, nas *Considerações Finais*, comenta-se sobre descobertas e próximos passos em decorrência da experiência aqui relatada.

A seguir, delinea-se um breve retrospecto sobre os acordos ortográficos com o objetivo de entendê-los enquanto construções históricas e políticas dos países que o criam e ratificam.

DESENVOLVIMENTO

As línguas são estruturas em constante evolução (Bagno, [ca. 2024]). Tal definição corrobora com a apresentada por Abaurre, Abaurre e Pontara (2016) no livro didático *Português: contexto, interlocução e sentido* adotado pela instituição de ensino alvo deste relato de experiência. Para tais autoras, a “língua é um sistema de representação socialmente construído, constituído por signos linguísticos” (Abaurre; Abaurre; Pontara, 2016,

p. 129), que, por sua vez, é “uma unidade de significação que possui dupla face: 1) o significante (o suporte para uma ideia, isto é, a sequência de sons que se combinam para formar palavras); 2) o significado (a própria ideia ou conteúdo intelectual)” (Abaurre; Abaurre; Pontara, 2016, p. 129). Nesse sentido, as línguas sofrem modificações ao longo do processo histórico, levando em consideração variáveis como a sociedade, a faixa etária da comunidade de falantes, o sexo e a localização geográfica. Por isso, as palavras que compõem o léxico das línguas são heterogêneas e alvo de alterações, seja pelas novas construções que são feitas, seja pela própria evolução na pronúncia, nos usos de seus falantes e na grafia. É nesse último ponto que este relato de experiência se centra, tendo em vista seu objetivo de refletir sobre a acentuação a qual os tratados linguísticos tendem apresentar mudanças.

No contexto da língua portuguesa, os acordos ortográficos são construções políticas e sociais com o objetivo de uniformizar a escrita das palavras desta língua nas nações que compõem a Comunidade dos Países de Língua Portuguesa – CPLP, sendo os seguintes: Angola, Brasil, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Guiné Equatorial, Moçambique, Portugal, São Tomé e Príncipe e Timor-Leste. Tal situação objetiva a ampliação da força destes países frente ao mundo globalizado.

Todavia, várias tentativas foram realizadas ao longo dos anos com o objetivo acima delineado nos acordos. No Quadro 1, observa-se tais tentativas de acordo com o estudo de Santana (2025, p. 10).

Quadro 1 - Principais mudanças e adaptações à Língua Portuguesa após a padronização das Línguas Vernáculas

Reforma/Acordo	Ano	Principais mudanças
Propostas da Academia Brasileira	1907	Projeto de grafia simplificada; ajustes nas normas ortográficas.
Reforma Ortográfica Portuguesa	1911	Introdução de novas regras ortográficas; eliminação de consoantes mudas em algumas palavras.
Formulário Ortográfico Brasileiro	1943	Tentativa de unificação entre as normas de Portugal e Brasil; algumas consoantes mudas permaneceram.
Alterações de 1973	1973	Extinção do acento circunflexo para homógrafos; Portugal aboliu o trema nos hiatos átonos.
Encontro de 1986	1986	Tentativa de acordo ortográfico com países lusófonos; proposta controversa sobre suspensão de acentos.
Acordo Ortográfico de 1990	1990	Inclusão das letras K, W e Y no alfabeto; mudanças nas regras de acentuação e uso do hífen; extinção do trema, exceto em nomes próprios estrangeiros.

Fonte: Adaptado de Santana (2025, p. 10).

Como notado, a dimensão da complexidade de uma unificação linguística de uma entidade viva e com milhões de faltantes em diversos países e continentes, como é a língua portuguesa, é colossal. A simples tentativa de abolição de um acento, como a trema (¨) mobiliza diversos atores sociais, políticos, culturais e identitários. O estudo supracitado elencou seis propostas e mudanças desde o século XX em relação à língua portuguesa, cada qual com pequenas modificações de eliminação de acentuação, reestruturação ou mesmo de ajustes ortográficos no idioma. Essas mudanças evidenciam um esforço de atualização linguística em prol de uma suposta unificação do idioma com projetos políticos que perpassam a vida de milhares de falantes e pessoas letradas em torno da lusofonia.

METODOLOGIA

Após entender a dinâmica contextual do acordo ortográfico, as turmas foram orientadas sobre a proposta de trabalho em formato de debate sobre o Novo Acordo Ortográfico. Conforme exposto anteriormente, duas turmas de 1º ano do ensino

médio técnico do Instituto Federal da Bahia realizaram esta proposta pedagógica. Totalizam-se, portanto, 80 educandos dos cursos de Meio Ambiente e Informática da referida instituição.

A metodologia empregada na prática aqui relatada encontra-se organizada nas seguintes etapas:

- a) proposta de trabalho para as turmas: considerando o exíguo tempo de carga horária para a demanda de objetos do conhecimento previstos nos Projetos Pedagógicos dos Cursos (Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Bahia – Campus Seabra, 2011; 2014), a conjugação do trabalho com gêneros textuais e assuntos didáticos é uma das formas de estudo que sana as dificuldades evidenciadas. Assim, apresentou-se a proposta de trabalho para as classes em questão, que, mesmo com o pouco tempo disponível – cerca de um mês – aceitaram;
- b) divisão das equipes/função: com o aceite das turmas, o docente elaborou um plano de trabalho que incluía funções, regras, caminho didático, culminância e *feedback*, como evidenciado no Quadro 2;

- c) escolha do tema de cada equipe/função: a princípio, os estudantes não encontraram uma motivação para um debate sobre o novo acordo ortográfico. Mas, após as mobilizações em relação à falta de tempo acima ditas e as contribuições pedagógicas que o debate proporcionaria, as turmas verificaram a viabilidade e possibilidades de ganho no aprendizado, aceitando-o;
- d) orientação e estudo: com as funções definidas, os estudantes foram orientados em relação

a como deveriam exercê-las durante o debate. Antes da realização do evento em si, a etapa de estudo era primordial, uma vez que só se argumenta bem com um discurso bem construído. Por isso, foram disponibilizados materiais de estudo e sugestões, entre as quais está o *Guia Prático da Nova Ortografia*, de Tufano (2008). Para melhor entendimento sobre a dinâmica colocada para este debate, apresentam-se a seguir as orientações que foram colocadas para os estudantes no Quadro 2.

Quadro 2 - Proposta de Debate de Língua Portuguesa

TEMA: O Novo Acordo Ortográfico e as mudanças na língua portuguesa.
OBJETIVOS: promover a discussão sobre o Novo Acordo Ortográfico de forma lúdica e educativa, incentivando a participação e o respeito às diferentes opiniões; e compreender e identificar as principais alterações introduzidas pelo Novo Acordo Ortográfico, analisando seus impactos na escrita e leitura da língua portuguesa.
PAPÉIS DESEMPENHADOS: <ul style="list-style-type: none">• Mediador (professor): organizará o debate, controlando o tempo, as falas e garantindo o respeito entre os participantes.• Equipe favorável (10 discentes): defenderá os benefícios do Novo Acordo Ortográfico, apresentando argumentos e exemplos.• Equipe contrária (10 discentes): apresentará os pontos negativos do Novo Acordo Ortográfico, questionando as mudanças e seus impactos.• Jurados (5 discentes): avaliarão o desempenho das equipes, considerando a clareza dos argumentos, o respeito às regras e a participação de todos.• Plateia (restante da turma dividida em equipes de até 5 discentes): fará perguntas às equipes, expressando suas dúvidas e opiniões.
CRITÉRIOS AVALIATIVOS: <ul style="list-style-type: none">• Objetividade dos argumentos: os argumentos foram apresentados de forma objetiva demonstrando pesquisa e conhecimento do tema?• Respeito às regras: os participantes respeitaram o tempo de fala, as regras do debate e as opiniões dos outros?• Participação: todos os membros da equipe participaram ativamente do debate?• Postura e expressão: os participantes expressaram-se de forma segura, utilizando uma linguagem adequada?• Autoavaliação: cada aluno fará uma autoavaliação oral, refletindo sobre sua participação e aprendizado no debate. Ao final, o estudante deve pontuar-se entre 0 e 2,0 (que será corroborado ou não pelo professor) considerando os pontos a seguir. <i>O que você aprendeu sobre o Novo Acordo Ortográfico?</i> <i>Como você se sentiu durante o debate? Comente.</i> <i>O que você acha que fez bem?</i> <i>O que você acha que pode melhorar?</i>

Fonte: Elaboração própria.

Com a metodologia apresentada, os educandos compreenderam as potencialidades do debate enquanto gênero textual, haja vista que muitos deles ainda não haviam participado de um evento desta magnitude enquanto processo educativo. Assim, puderam organizar-se para a

realização do trabalho em torno do Novo Acordo Ortográfico.

A partir da realização do debate, a metodologia de análise nos resultados foi qualitativa (Gil, 2017), considerando as ponderações estudantis realizadas nas autoavaliações e nos argumentos efetuados du-

rante o evento. A seguir, apresentam-se com resultados alcançados ao longo do debate.

RESULTADOS

O debate em torno de um tema que impacta a escrita diária de milhões de pessoas em todo o globo é crucial para entender a dinâmica que modificou detalhes intrínsecos à língua que os falantes do português utilizam. Os resultados observados em torno da prática pedagógica empregada foram positivos para as turmas em que foi utilizado, sendo pela metodologia ativa e participativa empregada, seja pelos relatos orais feitos pelos discentes ao final sob a forma de autoavaliação. Por exemplo, observam-se os seguintes relatos anonimizados para efeitos deste relato de experiência:

Eu aprendi que os acordos ortográficos são necessários, pois há uma adequação na forma de como escrevemos, o que torna mais acessível, além de facilitar o aprendizado. Durante o debate fiquei atento as respostas para formular novas perguntas, por isso me senti focado. [...] Eu deveria ter explorado a necessidade de expandir o assunto sobre o nosso atual [cenário linguístico] (Estudante 01).

Aprendi que o Novo Acordo Ortográfico foi criado para unificar a escrita da língua portuguesa entre os países lusófonos, mas que ainda existem muitas discussões sobre sua real necessidade. Percebi que algumas mudanças simplificaram a escrita, como a retirada de certos acentos, enquanto outras geraram dúvidas e polêmicas, como o uso do hífen. Também entendi os argumentos contrários, como a ideia de que o acordo não trouxe benefícios tão significativos e acabou criando mais confusão do que clareza. Eu me senti confiante em alguns momentos, principalmente quando consegui explicar os motivos pelos quais muitas pessoas são contra o

acordo. Ao mesmo tempo, senti um pouco de pressão para organizar rápido os argumentos, mas isso me ajudou a pensar melhor antes de falar. No geral, fiquei satisfeito com minha participação. Acredito que me expressei de forma clara e consegui defender o ponto de vista do meu grupo com coerência. Trabalhei bem a argumentação e consegui apresentar exemplos práticos das mudanças ortográficas que ainda geram dúvida. Também ouvi os argumentos do grupo contrário e respondi de forma respeitosa. Posso melhorar na organização das ideias antes de falar. Às vezes, sinto que posso aprofundar mais alguns argumentos para deixar minha posição ainda mais forte. Também posso tentar falar com mais segurança e ritmo, para transmitir minhas ideias de maneira mais fluida (Estudante 02).

Nota-se uma postura amadurecida nas vozes dos estudantes em torno de uma necessidade da compreensão do acordo ortográfico na escrita em língua portuguesa. As autoavaliações demonstram que os estudantes puderam exercitar a argumentação por meio do debate, levantando posturas, argumentos e contra-argumentos favoráveis e contrários a existência do acordo ortográfico. A ideia da atividade avaliativa final do componente de língua portuguesa foi evidenciar que a língua portuguesa é viva, socialmente construída (Bagno, [ca. 2024]; Abaurre; Abaurre; Pontara, 2016) e uma construção política que demanda ajustes ao longo de sua evolução, o que pode gerar embates, discussões e incompreensões, principalmente, pelos sujeitos que são diretamente atingidos pelas mudanças.

Para o docente orientador, a realização do debate foi um momento importante por ser o primeiro ano lecionando o componente curricular na referida instituição de ensino e frente ao contexto em que tal missão ocorreu - já ao final do ano letivo, após uma greve de diversos meses em que a comunidade aca-

dêmica percebeu impactos negativos da ausência de atividades acadêmicas.

A partir das ponderações levantadas pela experiência relatada, os resultados confirmam que a língua é um fenômeno social e histórico (Bagno, [ca. 2024]). Por meio de sua utilização, comunidades linguísticas modelam-na, seja pela fala fluída e aberta a mudanças rápidas, ou pela escrita concisa, historicamente mediada, formalmente colocada ou informalmente, neste caso, aberta a mudanças conforme variantes sociais, históricas, etárias entre outras com objetivos comunicativos. Quando se observa a sua modalidade empregada no ambiente escolar em um debate, o uso tensionado pela ocasião pede um olhar cuidadoso e formal. Todavia, dada as circunstâncias e o público-alvo, a utilização de uma variante com marcas de informalidade fora notada. Corroborando com a visão de Bagno ([ca. 2024]) da língua enquanto fenômeno histórico, o acordo ortográfico da língua portuguesa em vigor apresenta um retrospecto de tentativas de uniformização linguística da lusofonia, o que impregna também a necessidade de compreendê-la por variantes sociais, haja vista que são os faltantes, e, neste caso, as pessoas letradas que se utilizam da escrita para comunicação, quem sentem as mudanças ortográficas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao final de cada um dos dois debates, o docente da disciplina ofereceu um *feedback* geral sobre as impressões levantadas em cada uma das atividades. Em seguida, os próprios estudantes foram convidados um a um a realizar uma autoavaliação sobre este processo. As vozes dos educandos, como evidenciado anteriormente, com sugestões e impressões evidenciam uma compreensão da importância da argumentação consistente em um debate sobre o novo acordo ortográfico e como entendê-lo na contemporaneidade.

Entre os resultados que foram observados posteriormente, está a utilização dos conhecimentos ortográficos do Novo Acordo Ortográfico para a construção de um texto argumentativo em outro componente curricular no ano seguinte, como relatou ao docente um discente. Além disso, considerando os impactos positivos da realização desta proposta pedagógica, nas turmas de 1º ano do ano seguinte o trabalho foi novamente realizado e com resultados semelhantes, demonstrando impactos positivos. Desta vez, foram quatro turmas totalizando cerca de 160 discentes dos cursos de ensino médio técnico em informática e meio ambiente da referida instituição de ensino, que perceberam, sob a ótica da inteligência artificial, as modificações, reverberações e perspectivas críticas sobre o Novo Acordo Ortográfico. Há de se destacar que, em sua primeira versão, nos dois debates realizados, os jurados consideraram que o grupo com os melhores argumentos foi a equipe contrária. Já na segunda edição em 2025, dos quatro debates realizados, em um houve empate técnico e nos outros três a equipe favorável trouxe os melhores argumentos.

Ao final de cada um dos debates realizados, o docente questionou as classes sobre suas reais opiniões em relação ao Novo Acordo Ortográfico. Considerando as afirmações dos estudantes ao longo dos debates e nas autoavaliações, todas as turmas compreenderam que o Acordo Ortográfico em vigor beneficiou mais do que prejudicou a escrita dos brasileiros, somando-se favoravelmente a ele, perspectiva que também é corroborada pelo autor desta prática pedagógica, mas que só a verbalizou ao final da atividade para não influenciar as opiniões e os resultados do debate.

A compreensão e a apropriação do Novo Acordo Ortográfico, demonstrado pelos estudantes, podem ser interpretadas à luz das discussões teóricas sobre política linguística e normatização da língua como uma potencialidade enquanto produto social mediado historicamente. A normatização linguística é um fator de uni-

formização para que os cidadãos letrados na lusofonia se comuniquem adequadamente e com um potencial ampliado se comparado a fragmentações que hora se observam quando há divergências gráficas em um mesmo idioma em diversos países que o utilizam. Apesar de muitas vezes ser alvo de resistência por parte da comu-

nidade de falantes, as modificações são necessárias para a atualização da política linguística e a própria língua falada é um exemplo dessas exigências, pois frequentemente atualiza-se como novas gírias, neologismos, construções sintáticas e outros mecanismos de busca por um idioma atual às demandas de seus usuários.

REFERÊNCIAS

ABAURRE, Maria Luiza M.; ABAURRE, Maria Bernadete M.; PONTARA, Marcela. **Português: contexto, interlocução e sentido**. 3. ed. São Paulo: Moderna, 2016.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE AGÊNCIAS DE INTERCÂMBIO. Mês da língua materna: 260 milhões de pessoas falam português. **Belta**, [s. l.], 2025. Disponível em: <https://www.belta.org.br/mes-da-lingua-materna-260-milhoes-de-pessoas-falam-portugues/>. Acesso em: 13 dez. 2025.

BAGNO, Marcos. Língua. **Glossário Ceale**, Universidade de Brasília-UnB. Brasília: [ca. 2024].

COMUNIDADE DOS PAÍSES DE LÍNGUA PORTUGUESA. **Objetivos**. Lisboa: CPLP, ca. 2025. Disponível em: <https://www.cplp.org/organizacao/objectivos/>. Acesso em: 03 mar. 2026.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2017.

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA BAHIA. Conselho Superior. **Resolução nº 30, de 12 de dezembro de 2017**. Aprova a Política de Inclusão da Pessoa com Deficiência e/ou outras Necessidades Específicas no âmbito do IFBA. Seabra: IFBA, 2017.

_____ – CAMPUS SEABRA. **Projeto Pedagógico do Curso Técnico em Informática**. Seabra: IFBA, 2011.

_____ – CAMPUS SEABRA. **Projeto Pedagógico do Curso Técnico em Meio Ambiente Integrado ao Ensino Médio: 2ª revisão da matriz curricular**. Seabra: IFBA, 2014.

SANTANA, Marcelo Henrique Silva de. A evolução da gramática da língua portuguesa. **Aurum editora**, [S. l.], p. 137–148, 2025. DOI: 10.63330/aurumpub.006-011. Disponível em: <https://aurumpublicacoes.com/index.php/editora/article/view/126>. Acesso em: 13 dez. 2025.

TUFANO, Douglas. **Guia prático da Nova Ortografia**. 1. ed. São Paulo: Melhoramentos, 2008.